

Ministério Público da União Verde (MPU-V): liderando a transformação da gestão sustentável

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola do Ministério Público da União (ESMPU) como pré-requisito para a aprovação da proposta.

Eixo Temático: Meio Ambiente e Sustentabilidade.
Eixos Transversais: Melhoria Institucional e Responsabilidade Social.

Número/Ano do Edital ESMPU: 0162/2024.

SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	Objetivos geral do grupo de pesquisa	5
3	Público-alvo	5
4	Revisão de literatura	5
5	Metodologia	5
6	Produtos, serviços e impactos esperados	6
7	Cronograma	6
8	Grupo de pesquisa	6
9	Recursos financeiros	7
10	Valor total do projeto	9
11	Considerações finais	9
	Referências bibliográficas	9

1 Introdução (contextualização da problemática, problema de pesquisa e objeto do estudo)

Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), a geração de resíduos sólidos, em 2010, era de 66,7 milhões de toneladas. Em 2019, essa quantidade subiu para 79,1 milhões. Cada brasileiro produz, em média, 379,2 kg de lixo por ano, o que corresponde a mais de 1 kg por dia. As informações fazem parte do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (2023).

Considerando que a Política Nacional de Resíduos Sólido - PNRS estabelece o encadeamento de ações direcionadas a um objetivo comum, que em última instância é a proteção do meio ambiente, e considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo n. 225, conferiu ao Ministério Público a missão de assegurar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, pode-se afirmar que decorre desse dispositivo a função ministerial de zelar pelo cumprimento do disposto na lei n. 12.305/2010 que instituiu o PNRS.

Neste contexto, esta proposta busca acompanhar as políticas públicas relacionadas à gestão sustentável, enfatizando a importância da coexistência, de maneira integrada, com a missão do Ministério Público da União (MPU). Essa missão abrange a proteção dos direitos fundamentais, a defesa do patrimônio público, a promoção da justiça social e a salvaguarda da ordem jurídica, do patrimônio nacional e dos interesses da coletividade.

Com isso, o objeto do estudo busca aprimorar a gestão sustentável, alinhando práticas à legislação de resíduos, melhorando a qualidade de vida nas comunidades e promovendo a economia circular. Diante do aumento dos resíduos e seus impactos, o projeto reforça o compromisso do MPU com transparência, inovação e eficácia, incentivando a adoção de práticas mais eficazes por meio da interação com a comunidade acadêmica.

A pesquisa está voltada para a atuação do MPU no gerenciamento de resíduos sólidos que desempenha um papel crucial na transformação das comunidades e preservação ambiental, promovendo conscientização e empoderando comportamentos mais sustentáveis dessas políticas públicas. Isso posiciona o MPU como agente de transformação socioambiental e liderança em iniciativas que trazem benefícios concretos à sociedade. Do mesmo modo, deve-se observar a busca pela existência de programas de educação ambiental no âmbito interno, voltados para os objetivos da PNRS.

O Ministério Público pode, além de exigir e monitorar iniciativas, desenvolver projetos sociais que contribuam para a implementação dessa política pública. Essa atuação

proativa é fundamentada na busca por soluções efetivas, permitindo que a instituição atue diretamente na promoção de mudanças sociais, no fortalecimento da cidadania e na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Problema de pesquisa: Como o MPU pode aprimorar suas práticas de gestão de resíduos sólidos, acompanhando de forma eficaz a implementação da Política Pública Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) por meio das promotorias e procuradorias especializadas, a fim de promover a economia circular e a sustentabilidade institucional, alinhando-se também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Quanto aos eixos transversais apresentados no edital, o projeto busca promover a **melhoria institucional** ao reduzir e otimizar o uso de recursos, ampliando a **responsabilidade social** da instituição e dos atores da política pública ao minimizar impactos negativos do descarte e desperdício e melhorar as condições de vida. Por fim, associa-se à defesa dos **direitos humanos** ao garantir dignidade e respeito às futuras gerações.

2 Objetivos geral do grupo de pesquisa

a) Objetivos Geral e específicos da pesquisa

Objetivo Geral (contexto): O saneamento básico é um tema social estratégico por ser transversal à implementação de diversos direitos fundamentais. Com isso, o projeto busca o fortalecimento, fomento e a articulação eficiente das promotorias/procuradorias especializadas da atuação do MPU na temática (política pública), que compreende ações de manejo de resíduos sólidos e gestão sustentável.

Dessa forma, o **objetivo geral** é **zelar** pelo cumprimento dos princípios ambientais nas práticas do Estado (dimensão jurídica) e **aprimorar** a gestão sustentável interna no MPU por meio da análise e comparação de iniciativas de logística sustentável e gestão de resíduos, visando à redução do consumo de recursos, à melhoria das práticas institucionais e da capacitação da população em promover a sustentabilidade e a economia circular .

Objetivos Específicos:

1. Identificar o cenário atual da geração de resíduos sólidos do Estado e os benefícios da implementação de práticas eficientes de gerenciamento, destacando a importância da sustentabilidade.
2. Identificar e classificar as ações sustentáveis nas unidades orçamentárias do MP, seguido do mapeamento dos gastos e contratos relacionados.

3. Realizar uma análise comparativa dos Planos de Logística Sustentável do MP em relação a outros órgãos.
4. Elaborar um manual de boas práticas para o uso eficiente de recursos, promovendo a sustentabilidade.
5. Desenvolver diagnósticos institucionais para identificar áreas com maior necessidade.
6. Capacitar membros do MP, servidores, terceirizados e a sociedade civil sobre boas práticas de descarte de resíduos e uso responsável de recursos, em parceria com a ESMPU.

b) Hipóteses a serem investigadas:

A crescente geração de resíduos sólidos e seus impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente ressaltam a urgência de aprimorar as práticas de gerenciamento de resíduos.

O gerenciamento eficiente de resíduos sólidos pode trazer benefícios econômicos e sociais, como a redução de custos operacionais e a criação de novas oportunidades de emprego para a sociedade .

A implementação de práticas de economia circular no MPU pode reduzir resíduos e promover o uso responsável dos recursos. Por fim, capacitar e conscientizar sobre práticas adequadas de descarte de resíduos sólidos pode aumentar a adesão de comunidades e órgãos públicos a políticas sustentáveis.

3 Público-alvo

O público da presente pesquisa compreende os órgãos públicos ambientais que interagem com as promotorias e procuradorias especializadas do MPU, além das unidades orçamentárias de diversos ramos do Ministério Público e todas as instituições que possam se beneficiar de uma logística inteligente e uma política adequada para lidar com os resíduos sólidos. Além disso, tem como foco as comunidades locais, o setor acadêmico, empresas e indústrias, organizações não governamentais (ONGs), profissionais de sustentabilidade, estudantes, educadores, e sociedade em geral.

4 Revisão de literatura

A urgência do gerenciamento de resíduos sólidos no serviço público afeta a saúde pública e o meio ambiente, causando poluição, contaminação e emissões de gases de efeito estufa, o que gera altos custos para o governo e a sociedade (OLIVEIRA et al., 2022). A

pesquisa investigará práticas e políticas de outros países. O gerenciamento de resíduos sólidos é essencial para alcançar os ODS 11, 12, 13 e 3, reduzindo impactos ambientais e riscos à saúde pública, em consonância com a Agenda 2030 (ONU, 2015).

A proteção dos direitos ambientais é fundamental para garantir um meio ambiente saudável, integrando abordagens multidisciplinares na gestão de resíduos. O gerenciamento eficiente de resíduos sólidos promove a economia circular, reduz custos, melhora a reciclagem e incentiva a inovação, resultando em comunidades mais limpas e saudáveis. Isso eleva a qualidade de vida e diminui desigualdades no acesso a serviços de saneamento, além de trazer benefícios de economia e eficiência para o serviço público (FREITAS, 2013).

Investir em um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos no setor público é uma necessidade urgente e uma oportunidade para comunidades mais limpas e saudáveis. Contudo, o orçamento para o meio ambiente é baixo em comparação com outras políticas públicas (REGANHAN et al., 2013, p. 129).

Nesse cenário, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), regulamentado pela Lei nº 12.305/2010, é essencial para a gestão eficiente dos resíduos sólidos, definindo diretrizes e procedimentos para o manejo adequado dos resíduos gerados por órgãos públicos e entidades. Por fim, vários órgãos públicos¹ adotam políticas exemplares para o descarte de resíduos sólidos.

A verificação da implementação da Política de Logística Sustentável (PLS), conforme o Decreto nº 7.746/2012, é fundamental para compreender como os setores do Ministério Público atendem às diretrizes propostas. Essa análise abrange os critérios de sustentabilidade nas aquisições, uso de recursos e descarte de materiais. A coleta de informações sobre processos, metas e eficácia das iniciativas possibilitará uma análise comparativa das práticas existentes e a identificação de modelos a serem replicados (BRASIL, 2023; RAMOS, 2021). Além disso, o desenvolvimento de um guia de boas práticas e diagnósticos institucionais, juntamente com a capacitação de membros e servidores, contribuirá para a melhoria das práticas institucionais e a adoção de políticas mais eficazes de gestão de resíduos (BRASIL, 2023).

¹ O Ministério do Meio Ambiente (MMA) implementa a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que orienta o gerenciamento adequado. O Supremo Tribunal Federal (STF) promove práticas sustentáveis, reduzindo o uso de papel e destinando corretamente resíduos eletrônicos. O Governo do Distrito Federal (GDF) lançou o Programa de Coleta Seletiva, incentivando a separação de recicláveis. A Universidade de Brasília (UnB) estabeleceu procedimentos para garantir a destinação adequada de resíduos e promover a reciclagem, conforme a Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, o principal produto a ser entregue neste projeto é o Guia de Diretrizes para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Ministério Público, que visa apresentar as melhores práticas para uma gestão sustentável e eficiente. Propõe-se a análise do cenário atual, identificando a produção de resíduos e as lacunas na infraestrutura existente. Em seguida, enfatiza-se a importância da adoção de boas práticas, como a conscientização sobre a separação de resíduos e a ampliação da coleta seletiva, visando à redução de resíduos enviados a aterros e ao aumento das taxas de reciclagem. O guia também abordará ações imediatas a serem implementadas, a necessidade de monitoramento contínuo das práticas adotadas e o impacto a longo prazo de uma gestão eficiente na qualidade de vida das comunidades. A integração dessas ações no cotidiano do Ministério Público é essencial para promover um compromisso coletivo com a sustentabilidade.

5 Metodologia

Neste projeto de pesquisa, adota-se uma abordagem mista que combina métodos qualitativos e quantitativos. Realizar-se-ão entrevistas semiestruturadas com sujeitos-chave, como promotores, procuradores, gestores e especialistas em sustentabilidade, visando compreender as experiências, percepções e práticas institucionais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos. Essas entrevistas permitirão identificar os desafios específicos enfrentados pelo MPU na implementação da PNRS e as estratégias para alinhar-se aos ODS, promovendo economia circular e sustentabilidade. Será feito um mapeamento de **resultados quantitativos obtidos com iniciativas de economia circular** e a avaliação dos benefícios econômicos e sociais, como redução de custos e criação de oportunidades de trabalho, conforme apontado nas hipóteses.

Com base na metodologia dos resíduos sólidos, e com os dados coletados, o projeto irá aprimorar a metodologia de avaliação de ciclo de vida dos resíduos sólidos (PINTO, M. D. S. 2017). Esse aperfeiçoamento visa adaptar a metodologia às características específicas dos locais de aplicação do projeto. Busca-se, portanto, criar uma ferramenta eficaz e ajustada à realidade local, capaz de avaliar o ciclo de vida completo dos resíduos, desde a produção até a disposição final.

6 Produtos, serviços e impactos esperados

Este projeto terá impactos institucionais, científicos, tecnológicos e sociais. A pesquisa busca desenvolver ferramentas para aprimorar o gerenciamento de resíduos sólidos por meio do levantamento e análise das áreas com maior potencial de melhoria em práticas sustentáveis e

gerenciamento de resíduos. Os principais produtos incluem um manual de boas práticas, capacitação para membros e servidores sobre suas contribuições e um diagnóstico das áreas com maior potencial de melhoria. Um relatório final oferecerá uma visão abrangente do tema, complementado por artigos científicos para revistas especializadas. Além disso, poderão ser elaboradas diretrizes, recomendações, programas de capacitação e workshops, além de conferências e seminários para disseminar as descobertas da pesquisa.

7 Cronograma

Apresenta-se a seguir o cronograma com as etapas e principais atividades do projeto de pesquisa:

ID	Etapas/Atividades	Início	Término
1	Identificação e Classificação das Ações Sustentáveis e Diálogos Multinível no MPU nas unidades orçamentárias do (MPF, MPT, MPDFT, MPM, ESMPU).	01/01/2025	30/04/2025
1.2	Mapear Planos de Gestão de Resíduos Sólidos de outros órgãos e comparar com iniciativas do MPU.	01/01/2025	30/04/2025
1.3	Análise comparativa dos Planos de Logística Sustentável existentes	01/01/2025	30/04/2025
2	Análise comparativa dos Planos de Logística Sustentável do MPU.	01/05/2025	31/08/2025
2.1	Levantamento dos contratos de descarte de resíduos sólidos do MPU via unidades orçamentárias.	01/05/2025	31/08/2025
2.2	Levantamento de dados sobre utilização de recursos (indicadores: consumo de energia, água, geração de resíduos).	01/05/2025	31/08/2025
	Consolidação do material e entrega do 1º Relatório Meta :Mapear os Planos de Logística Sustentável dos órgãos analisados.	31/08/2025	31/12/2025
3	Elaboração de manual de boas práticas .	01/01/2026	31/03/2026
3.1	Confecção do manual com base em dados estatísticos.	01/01/2026	31/03/2026
4	Capacitação para diversos públicos sobre boas práticas de descarte e uso responsável de recursos.	01/04/2026	30/06/2026
4.1	Apresentação on-line disponível.	01/04/2026	30/06/2026
5	Diagnóstico institucional .	01/07/2026	30/09/2026
5.1	Projeto piloto com uma unidade MPDFT.	01/07/2026	30/09/2026
5.2	Diagnóstico de 5 unidades do MPU com maiores necessidades e de 5 órgãos locais fiscalizados pelas promotorias;procuradorias especializadas no tema.	01/07/2026	30/09/2026
	Consolidação do material e entrega do 2º Relatório	01/07/2026	31/12/2026

	Metas: Manual de boas práticas, Capacitação, 1 artigo científico A1/A2 em Gestão Sustentável, 1 artigo científico B1 em Economia Circular.		
--	--	--	--

8 Grupo de pesquisa

Função	Titulação	Quantidade
Líder de grupo de pesquisa	Doutorado	1
Pesquisador/a doutor/a	Doutorado	1
Assistente de pesquisa	Mestrando	1

9 Recursos financeiros

A referida pesquisa prevê os seguintes serviços:

Serviço: Apresentação da pesquisa em congresso, feira e/ou encontro		
Descrição: Apresentação do projeto em evento nacional, de relevância temática.		
Justificativa: os resultados produzidos no decorrer da pesquisa serão apresentados em evento científico para sua divulgação, mas também para seu aperfeiçoamento ao ser submetido à análise de outros especialistas sobre o assunto. O valor será utilizado para custeio de passagens aéreas, hospedagens, alimentação e inscrição no evento, se for o caso, de todos os membros do grupo de pesquisa (estimativa 4 pessoas). <i>Passagens: 1200 por pessoa;</i> <i>Hospedagem: 200 reais/ por noite x4: 800 por pessoa</i> <i>Inscrição: 100 reais por pessoa;</i> <i>Criação de materiais gráficos, impressão de relatórios ou publicações: 1000 reais</i> <i>Custos relacionados à publicação dos resultados em revistas científicas ou em anais de eventos: 1500 reais</i> <i>Alimentação: 100 reais por dia x5: 500 por pessoa</i>		
Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Etapa III	5 dias	R\$ 12.900,00

Serviço: Visita à unidades do Ministério Público de outros estados do Brasil		
Descrição: Visita à unidade do MPU para realização de diagnóstico institucional da situação da unidade frente às questões relacionadas ao plano de logística sustentável e suas práticas de descarte de resíduos sólidos.		
Justificativa: a visita <i>in loco</i> permitirá a observação mais apurada do grupo quanto a real situação vivida por outras unidades do Ministério Público em regiões distintas do Distrito Federal. O valor será utilizado para custeio de passagens aéreas, hospedagens, alimentação e inscrição no evento, se for o caso, de todos os membros do grupo de pesquisa (estimativa 4 pessoas). <i>Passagens: 1200 por pessoa;</i> <i>Hospedagem: 200 reais/ por noite x4: 800 por pessoa</i> <i>Alimentação: 100 reais por dia x5: 500 por pessoa</i>		

Custos com transporte dentro das cidades visitadas, como aluguel de veículos ou uso de transporte público: 3500 reais

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Etapa II	5 dias	R\$ 13.500,00

Serviço: Consultores/Especialistas e Software

Descrição: Pagamento a especialistas que possam contribuir com a pesquisa, seja para a análise dos dados ou para a elaboração de relatórios.

Justificativa: Os consultores trarão conhecimento técnico e experiência, garantindo que os produtos da pesquisa sejam entregues com a máxima qualidade. O apoio financeiro cobrirá os custos operacionais da condução da pesquisa, incluindo a tradução dos resultados para o inglês e possíveis gastos adicionais, como a utilização de softwares especializados para otimização do processamento de dados.

Estimativa de custo: 30.000 reais

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Todas	3 meses	R\$ 30.000,00

Serviço: Treinamentos e Capacitações

Descrição: Custos relacionados a treinamentos e capacitações essenciais para a equipe de pesquisa e diferentes públicos-alvo. Isso inclui design instrucional, adaptação de conteúdo para cursos e contratação de serviços especializados, além de materiais de suporte e serviços de divulgação para ampliar o alcance das iniciativas.

Justificativa:

Os treinamentos são fundamentais para garantir que os públicos atendidos tenham o conhecimento de qualidade para implementar práticas sustentáveis.

Estimativa de custo: 10.000 reais

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Etapa IV	3 meses	R\$ 10.000,00

10 Valor total do projeto

Itens	Qts.	Valor	Duração (meses)	Valor total
Líder de grupo de pesquisa (Obrigatório)	1	R\$ 4.000,00	24	R\$ 96.000,00
Pesquisador/a doutor/a	1	R\$ 3.500,00	24	R\$ 84.000,00
Assistente de pesquisa	1	R\$ 1.500,00	24	R\$ 36.000,00
Despesas de custeio e de capital	4	R\$ 66.400,00	N/A	R\$ 66.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 282.400,00

Referências bibliográficas

BABBIE, Earl. The Practice of Social Research. Internacional Edition – 13ª. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Institui a Política de Logística Sustentável no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério Público da União. Demonstrações contábeis: gestão 2023. Brasília: MPU, 2023. Disponível em: <https://relatoriogestao.mpu.mp.br/2023/mpu-2/demonstracoes-contabeis>. Acesso em: 18 out. 2024.

FREITAS, I. de M.; DA SILVA, M. A. A Importância do Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde na Proteção do Meio Ambiente. Revista Estudos - Revista de Ciências Ambientais e Saúde (EVS), Goiânia, Brasil, v. 39, n. 4, p. 493–505, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2663>. Acesso em: 18 out. 2024.

KLAFKE, Renata; OLIVEIRA, Marta Chaves Vasconcelos de; CHAERKI, Sérgio Filipe. O desafio da gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Econ. soc. territ, [S.l.], v. 22, n. 68, p. 177-206, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/est/v22n68/2448-6183-est-22-68-177.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 18 out. 2024.

RAMOS, Angelita Messias. Breves considerações sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a atuação do Ministério Público. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, v. 1, n. 19, 2021. Disponível em: <https://cesaf.mpto.mp.br/revista/index.php/revistampto/article/view/50/75>. Acesso em: 18 out. 2024.

SANTAELLA, Sandra T. et al. Resíduos sólidos e a atual Política Ambiental brasileira. Fortaleza: LABOMAR – Coleção Habitat 7, 2014.

SOARES, K. B.; BARROSO, I. da S.; DEUSDARÁ, F. M. M.; RODRIGUES, S. H. O. Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Administração Pública Federal: Vantagens e Desvantagens com Base na Instrução Normativa 01/2010. Conexões - Ciência e Tecnologia, v. 11, n. 3, p. 50–63, 2017. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/899>. Acesso em: 18 out. 2024.